

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23658	30351/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.20.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Contratação: Empreitada de “CINETEATRO SÃO GERALDO, BRAGA MEDIA ARTS”.

Vocabulário CPV: 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 730 dias	Preço Base: €13.350.000,00
---	---	---

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.



Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

1 – Proposta de aprovação:

De acordo com a informação técnica constante na proposta de resolução com o Código Validação: 6ERMZEK6XNPHEJAJ3SJ64EJAG, trata-se de uma empreitada, cuja operação “**Cineteatro são Geraldo, Braga Media Arts**” encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER-03068100, no OP2 – Norte.

Aviso n.º **NORTE2030-2024-35 – Reabilitação e regeneração urbanas (IT)**

Financiamento aprovado:

A candidatura foi submetida de acordo com o quadro abaixo, e deverá ser aprovada nestes termos, pois trata-se de uma operação inscrita no Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado (CDCT Cávado) cujas verbas e operações integrantes do respetivo Quadro de Investimentos Prioritários (QIP) se encontram cativas para o Município de Braga.

Nº Projeto	Designação	Submetido	
NORTE2030-FEDER-03068100	Reabilitação do Cineteatro S. Geraldo - Media Arts Centre	Investimento Total	16.359.818,40 €
		Investimento Elegível Comparticipado	13.206.881,99 €
		Investimento Elegível Não Comparticipado	3.152.936,41 €
		Investimento Não Elegível	
		Fundo (51,27%)	6.771.038,80 €

A intervenção preconizada pretende dotar Braga de um espaço de referência no domínio das Media Arts, promovendo a valorização do património edificado, o reforço da coesão territorial e a dinamização cultural do centro urbano. Simultaneamente, alinha-se com os objetivos do Programa Operacional NORTE 2030, em particular no domínio da regeneração urbana e da promoção de espaços públicos sustentáveis, acessíveis e inclusivos. A reabilitação profunda do edifício visa não apenas preservar o seu valor arquitetónico, mas também assegurar uma nova função cultural, inovadora e orientada para a produção artística contemporânea.



O investimento proposto, com um valor total superior a 16 milhões de euros, reflete a ambição do município e o seu compromisso com uma política de reabilitação urbana qualificada e orientada para o futuro. O projeto encontra-se previsto no QIP do Cávado, com uma dotação FEDER indicava de cerca de 6,7 milhões de euros. conforme metas fixadas no aviso.

Este documento descreve, de forma sistematizada, o enquadramento territorial e estratégico da operação, os seus objetivos gerais, as opções técnicas e programáticas preconizadas, bem como as diversas componentes de investimento, assegurando uma leitura integrada e tecnicamente fundamentada da intervenção.

O projeto de reabilitação do Cineteatro de São Geraldo encontra-se alinhado com a estratégia NORTE 2030, em particular com o Eixo Prioritário "NORTE Mais Próximo dos Cidadãos" e com o seu Objetivo Específico 5.1, que visa promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, com foco na valorização da cultura, do património e do turismo sustentável. A reabilitação deste edifício contribui para a afirmação de Braga como centro urbano, polo de inovação e competitividade, reforçando as suas funções económicas e culturais através da valorização do seu património e da criação de uma oferta diferenciadora. O projeto posiciona ainda a Região Norte, e particularmente Braga, como referência cultural e criativa. Alinhado com a visão de tornar a região num centro de excelência no panorama ibérico e europeu, a reabilitação do Cineteatro São Geraldo, tornando-o num centro de Media Arts, incentiva um ecossistema artístico e criativo dinâmico e gerador de emprego qualificado.

Especificamente, este projeto reflete o compromisso da cidade com a inovação nas interseções de arte, ciência e tecnologia. Através do Media Arts Centre, o projeto promove ativamente o crescimento das Media Arts na cidade. Ao transformar o Cineteatro de São Geraldo e expandir as suas atividades para incluir um hub de Media Arts a capacidade local no domínio da inovação cultural é aumentada, fortalecendo a economia criativa e cultural de Braga. A reabilitação de um edifício que teve um papel tão significativo no passado, não preserva apenas um importante elemento do património cultural da cidade, mas também o reposiciona como um centro vital para a arte digital e a experimentação tecnológica. A inclusão deste projeto na candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027, reitera a intenção de implementação do projeto e o compromisso com a comunidade Bracarense.

A operação candidata consiste na reabilitação profunda do edifício do antigo Cineteatro São Geraldo, com vista à criação de um novo centro de cultura e inovação artística focado nas Media Arts, alicerçado numa proposta arquitetónica ambiciosa e contemporânea, mas plenamente respeitadora da identidade histórica e urbana do Centro Histórico de Braga. A intervenção incide sobre uma área total de 1.430 m², promovendo uma transformação estrutural que responde às exigências técnicas e funcionais de um equipamento cultural do século XXI.

Partindo do princípio da “reconstrução com preservação das fachadas principais”, nos termos do artigo 2.º, alínea n), do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), a proposta salvaguarda a integridade visual da fachada histórica do Cineteatro São Geraldo,



incorporando soluções contemporâneas que eliminam as dissonâncias volumétricas e formais atualmente identificadas, nomeadamente o volume do edifício Pé-Alado. A nova solução volumétrica é contida, coerente com as pré-existências, e assegura uma transição harmoniosa com os edifícios adjacentes.

A proposta para o Cineteatro São Geraldo, Braga Media Arts foi desenvolvida de forma a cumprir o princípio da harmonização com o tecido urbano, histórico e social de Braga, em específico com o Largo Carlos Amarante. É “devolvido” à cidade um equipamento que tem a nobre e simbólica função de promover a revitalização do espaço público, reforçando o papel da cidade como um polo cultural e social.

Com um programa ambicioso e edifício de exceção, procura-se contribuir para o fortalecimento da identidade do Largo Carlos Amarante, privilegiando-se o respeito pela memória, elementos arquitetónicos e paisagísticos que caracterizam este território.

Numa praça marcada pela forte presença da Igreja de Santa Cruz e de São Marcos, assume relevância o shopping de Santa Cruz, quer pela sua linguagem arquitetónica disruptiva quer, e sobretudo, pela sua volumetria, sentida sobretudo pela empena criada sobre o São Geraldo. O Shopping Santa Cruz é uma das várias estruturas comerciais de 1ª geração, com características espaciais rígidas, espaços comerciais com área reduzida e de vários proprietários. Encontrando-se em estado de degradação avançado, desfasado das necessidades e exigências atuais, mostra-se num cenário desolador ao abandono. Da necessária análise crítica quanto à sua localização, desempenho funcional e às suas características espaciais e de gestão, fruto das mutações nos conceitos, mudanças dos comportamentos e hábitos, impõe-se uma reflexão profunda sobre as potencialidades e estratégias de revitalização de forma a promover a valorização desta estrutura através da modernização e eventual reconversão.

Pela localização central e área de construção, tem potencial para uma intervenção profunda adaptando-a eventualmente a novos usos.

A intervenção no São Geraldo vai, com certeza, alavancar o interesse na revitalização deste ativo, eventualmente na criação de oficinas e espaços criativos, salas de exposições, fazendo com que estes 3 edifícios (Teatro Circo, São Geraldo e o atual shopping) definam um verdadeiro “quartelão das artes”. Se num primeiro momento, se procura articular o volume numa relação de continuidade respeitando escalas e volumetrias do conjunto, a volumetria sugerida pela criação de duas salas justapostas vai de facto marcar a intervenção. Ainda assim numa escala contida, a tardoz e num segundo plano, comparado com a volumetria da caixa de palco do Teatro Circo nem rivalizando a importância das igrejas no contexto da praça.

A fachada principal e cobertura simboliza a memória e identidade do edifício existente pelo que a sua imagem será totalmente preservada e dignificada. Na frente correspondente ao edifício Pé Alado, solução atual com característica arquitetónica pós-moderna, dado que também será demolida, dará lugar a nova imagem.



No programa traçado para o São Geraldo, Braga Media Arts mantém como pontos principais: a criação de uma sala multifuncional com as características da atual sala (a demolir), com plateia e balcão, em que a premissa principal é a de permitir, em função do evento, a disposição do público na plateia em pé ou sentado; e a construção de balckbox, no piso superior; a utilização de ambos os espaços possam ocorrer em simultâneo, sem qualquer interferência do ponto de vista funcional e, sobretudo, acústico. Esta intenção revela-se, do ponto de vista técnico, o maior desafio a ultrapassar. Nesse sentido, são estudadas subestruturas independentes, totalmente e fisicamente desligadas da estrutura principal do edifício; a criação de uma pequena cafetaria/restaurante.

Num terreno exíguo, explorada a exigência planimétrica e altimétrica do edifício em função destes dois espaços principais e seus átrios, o restante programa surge ancorado em galerias laterais.

Estas salas estarão equipadas com condições técnicas exigentes ao nível acústico, de iluminação e de modularidade espacial, respondendo às necessidades atuais de criadores, técnicos e público em geral. A estas salas acrescem zonas técnicas e de apoio, nomeadamente, camarins e bastidores com acessos dedicados; salas de primeiros socorros e zonas técnica de apoio aos artistas; foyer de entrada e bengaleiros; instalações sanitárias acessíveis.

A proposta aposta na criação de ambientes funcionais e esteticamente cuidados, através da valorização de materiais estruturais aparentes (como o betão à vista), da promoção de iluminação natural e da abertura de relações visuais com o exterior. Estas opções vão ao encontro dos princípios da Novo Bauhaus Europeu, combinando estética, funcionalidade e sustentabilidade.

A intervenção proposta adota uma abordagem integrada de sustentabilidade ambiental e eficiência infraestrutural, incorporando um conjunto alargado de soluções técnicas que asseguram um elevado desempenho térmico, energético e hídrico do edifício, alinhadas com os princípios da Novo Bauhaus Europeu e com as metas nacionais de descarbonização.

Do ponto de vista da eficiência energética, o projeto prevê a instalação de um sistema de climatização com recurso a bombas de calor, promovendo uma solução de baixo consumo e elevada eficácia. A ventilação cruzada será assegurada por elementos arquitetónicos estratégicos, que potenciam o arejamento natural e contribuem para a regulação térmica dos espaços interiores. O controlo centralizado dos sistemas de iluminação e climatização permitirá uma gestão mais inteligente e sustentável dos consumos. A escolha de materiais privilegiará soluções de elevada inércia térmica e baixo impacto ambiental, como o betão aparente e os isolamentos acústicos com reduzida pegada carbónica. Em termos de gestão hídrica, serão instalados dispositivos de elevada eficiência, nomeadamente torneiras e autoclismos com baixo caudal, de forma a reduzir o consumo de água potável. A drenagem será reforçada através de um sistema eficaz que evita o alagamento do espaço durante eventos extremos de precipitação, garantindo a resiliência do edifício face às alterações climáticas.



A construção integra ainda soluções passivas que reforçam o desempenho ambiental do edifício. A cobertura será executada com materiais de elevado desempenho térmico, ao passo que o projeto inclui um pátio interior que funcionará como espaço de absorção natural de água e de entrada de luz natural, promovendo um ambiente mais saudável, luminoso e energeticamente equilibrado. Serão também considerados elementos vegetais na composição arquitetónica, como jardins interiores, que desempenham uma função reguladora do microclima, contribuem para a biodiversidade urbana e promovem o conforto térmico interior.

Todas estas soluções, integradas de forma coesa no projeto arquitetónico, asseguram não apenas a conformidade com os referenciais técnicos aplicáveis, mas também uma melhoria substancial na experiência de utilização do edifício, aproximando-o dos mais exigentes padrões de sustentabilidade, funcionalidade e inovação.

A reabilitação do Cineteatro de São Geraldo corresponde, assim, a uma operação estratégica e transformadora, capaz de reativar um espaço central da cidade, valorizar o seu património edificado e afirmar Braga como um polo de criação artística e tecnológica de referência internacional.

1.1. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- Pré-certificado Energético
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, IP
- Município de Braga, Unidade de Arqueologia
- Projeto de gás
- IGAC – Inspeção geral das atividades culturais
- AGERE EM.

1.2. - Fundamentação do preço base:

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa.

1.3. Fundamentação para a não adjudicação por lotes



Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinantemente esta opção.

I.4. Dispensa de revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submisso do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima de certa categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00.

No entanto,

O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro



do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento, **total ou parcial**, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de metas de execução parcial em garantir, até 30 de setembro 2025 e 2026, uma faturação mínima que garanta, respetivamente, 30% e 70% do total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente - estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de um mês e meio e um prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 3 a 4 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento no valor percentual correspondente à meta não cumprida, ou seja, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento nos termos referidos no paragrafo anterior.

Pese embora o recurso á dispensa prevista no DL 108/2024, tratando-se de um projeto desenvolvido externamente com exceção do projeto de arquitetura, o município procedeu a uma cuidadosa revisão de todos os elementos que o compõe, este processo de revisão está perfeitamente documentado na pasta incluída no respetivo processo.

1.5. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

- a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
- b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	



c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

e) A valorização do **fator preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 8(oito) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 8 (oito) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator preço} = \left(1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}} \right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (730 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a **640 dias** de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (730 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto na alínea h) do presente ponto (640 dias).

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$\text{Avaliação} = \text{Fator preço} \times 0,7 + \text{fator prazo} \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;



m) Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmos termos previstos nas alíneas anteriores, embora com avaliação de sinal negativo, ou seja, ordenar-se-á as propostas de acordo com o critério de adjudicação (decrecente de mérito).

1.6. Pressupostos da adjudicação

Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de exceção e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade de o contraente público efetuar adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo. Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, nomeadamente associada à perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de exceção previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

2 – Decisão de aprovação:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **autorizar e aprovar os termos da referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado.

2.1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;



iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2.2. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

1. O preço base do procedimento será de **€13.350.000,00** (treze milhões e trezentos e cinquenta mil euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor**, ** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. Prazo máximo de execução da empreitada: **730 dias**

2.3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 45 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República***. **

2.4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:

Valéria Borges (Presidente)

Rita Gonçalves

António Torres

Membros suplentes:

Carlos Rodrigues

Ana Martins

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

2.5. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng.º Rui Dias**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.



2.6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

2.7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o definido no ponto **1.5. (Critério de adjudicação)**.

Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

2.8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 97179 emitido em 23/07/2025.

3. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.



Braga, 23 de julho de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Programa do Concurso; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“CINETEATRO SÃO GERALDO, BRAGA MEDIA ARTS”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 15 de julho de 2025

